

O IMPÉRIO ROMANO VISTO PELOS MANUAIS DIDÁTICOS DA REPÚBLICA VELHA

André Luiz Cruz Tavares¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo central a exposição de algumas considerações sobre como o Império Romano foi visto e representado nos manuais didáticos históricos utilizados durante a República Velha (1889-1930). Para tanto, utilizaremos como fontes principais dois manuais históricos didáticos que foram largamente utilizados nesse período: o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D. (Frère Théophile Durant), dos Irmãos Maristas e o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal* (1920), dos professores e ensaístas Joaquim Osório Duque-Estrada e Leoncio Correia.

Palavras-chave: Representações – Antigüidade – República Velha.

INTRODUÇÃO

Propomos nesse estudo a elaboração de uma nova vertente interpretativa nas pesquisas históricas brasileiras, buscando, por meio da análise do conteúdo desses manuais, a relação das representações históricas da Antigüidade Clássica expostas com a tentativa de formação de uma nova identidade republicana nacional, cidadã e alinhada aos interesses dos grupos sociais que passaram a controlar o Estado brasileiro após a proclamação da República no Brasil (1889-1930). Esse tipo de análise não constitui uma novidade nos manuais de História do Brasil do início do século XX, que tratam, entre outros temas, da construção da representação de certos “heróis” republicanos após a Proclamação da República, como, por exemplo, da figura de Tiradentes. Mas, observando as pesquisas realizadas até o momento, a Antigüidade Clássica representada nos manuais ainda não foi alvo de atenção dos historiadores no que toca especificamente à formação identitária republicana nacional.

OS MANUAIS F.T.D. E DUQUE-ESTRADA/CORREIA

Origens e dados biográficos dos autores

A Editora F.T.D. iniciou sua trajetória na França em 1817, ano da fundação da Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria (conhecidos como Irmãos Maristas), pelo

¹ Mestre em História e Cultura Política Contemporânea, Doutorando em História e Cultura Política Antiga – Programa de Pós-Graduação em História da Unesp /Campus de Franca – Bolsista FAPESP.

padre Marcelino Champagnat. A Congregação chegou ao Brasil em 1897 e, anos depois, fundou diversos colégios e criou a sigla editorial comercial F.T.D. em homenagem a Frére Théophane Durant, que assumiu a diretoria da Congregação Marista entre 1883 e 1907. Nascia assim a Editora F.T.D. no Brasil. Os livros, de disciplinas básicas do currículo escolar, eram escritos pelos próprios Irmãos Maristas, que não indicavam seus nomes nas obras e adotavam a simples indicação da sigla em todos os manuais. Dada a precariedade do mercado gráfico no Brasil, os originais eram mandados para a França via Porto de Santos, onde eram confeccionadas as primeiras provas que, por sua vez, eram enviadas novamente ao Brasil para revisão e aprovação da publicação definitiva em capa dura. Ainda atua no mercado gráfico editorial nacional, com mais de 4.000 títulos impressos e distribuidoras em todas as regiões brasileiras.

Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927), nasceu em Pati do Alferes (RJ), e era filho do Tenente-Coronel Luiz de Azevedo Coutinho Duque-Estrada e Mariana Delfim Duque-Estrada. Coursou o Colégio Pedro II a partir de 1882, recebendo o grau de bacharel em letras em dezembro de 1888. Já nesse período, demonstrava grande interesse pela poesia e pela imprensa, escrevendo em 1897 seus primeiros artigos em alguns jornais cariocas como auxiliar de José do Patrocínio na campanha abolicionista. Republicanista ligado a Silva Jardim, teve uma breve passagem pelo curso da Faculdade de Direito em São Paulo e pela diplomacia no Paraguai em 1891. Entre 1893 e 1896, morou em Minas Gerais, onde redigia o Eco de Cataguazes. Nos anos de 1896, 1899 e 1900 foi inspetor geral do ensino, bibliotecário do Estado do Rio de Janeiro e professor de francês do Ginásio de Petrópolis, cargo que exerceu até voltar para a cidade do Rio de Janeiro, em 1902, quando foi nomeado regente interino da cadeira de História Geral do Brasil, no Colégio Pedro II. Abandonou o magistério em 1905, voltando a trabalhar na imprensa em alguns jornais do Rio de Janeiro, destacando-se na crítica literária. Ficou mais conhecido não como poeta romântico ou crítico, mas pela autoria da letra do Hino Nacional Brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e autor de muitos manuais didáticos nas áreas de Gramática, Poesia e História. Leôncio Correia nasceu em Paranaguá, Estado do Paraná, em 1º de setembro de 1865. Republicano histórico, também fez parte da campanha abolicionista. Foi deputado estadual no Paraná, de 1892 a 1897, deputado federal, diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, diretor do Colégio Pedro II (Internato) e diretor da Imprensa Nacional. Durante muito tempo lecionou História Universal na Escola Normal (hoje Instituto de Educação do Rio de Janeiro), da qual foi, mais tarde, Diretor. Era formado em Direito, mas não exerceu a profissão. Foi membro de diversas instituições literárias, e publicou diversas obras, entre

elas o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal*, editado em 1920.

A explicação da adoção desses dois manuais reside no fato de que ambos representam respectivamente as duas grandes tendências históricas presentes nos manuais didáticos históricos do período: o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D. (Frère Théophane Durant), dos Irmãos Maristas, representa a *vertente interpretativa religiosa* e o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal* (1920), dos professores Joaquim Osório Duque-Estrada e Leôncio Correia, representa o conjunto de obras que formam a *vertente interpretativa de base laica ou científica*.

As duas vertentes se diferenciam principalmente pelo fato de adotarem prerrogativas diferenciadas em relação à origem do homem: a primeira, traçava a gênese humana a partir do nascimento de Adão, sendo todo o desenvolvimento histórico posterior determinado por leis históricas específicas que regeriam a marcha da humanidade e que, por sua vez, apontavam eventos virtuosos que deveriam ser imitados e vícios individuais e civilizatórios que deveriam ser evitados:

O Lugar e a Importância da História

Apesar dessa enorme diferença em relação à origem humana, os dois manuais compartilhavam de uma concepção muito semelhante sobre os objetivos da História. A História, entendida como um dos ramos da Sociologia, deveria buscar a *descrição das leis históricas que regem o desenvolvimento das sociedades humanas*. Percebe-se aqui a enorme influência do Positivismo, do Evolucionismo e do incipiente Estruturalismo sobre os textos dos manuais, não só pela notória indicação das obras de alguns autores representantes dessa corrente científica (como o caso dos franceses Albert Malet, Fustel de Coulanges, Gaston Maspero, dos portugueses Oliveira Martins e Raposo Botelho; dos brasileiros Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, entre outros) mas também pela leitura de algumas notas introdutórias presentes nos manuais:

[...] No mundo social, todos os fatos sociais estão ligados uns aos outros [...] A História considera este encadeamento dos fatos sociais, estuda-lhes as causas e prevê-lhes as conseqüências; generalizando suas descobertas, chega a reconhecer as *leis históricas*, isto é os princípios que regem a marcha da humanidade através dos séculos (F.T.D., 1923, p.3).

A História ensina, pois, a conhecer o mundo moral e político e bem assim o mundo social em que vivemos, indicando, pelas lições do passado, o caminho para o progresso. Por isso chamou-lhe Cícero *mestra da vida*; Thierry, *uma narração*; Guizot, *uma analyse*; Michelet e Brunetiére, *uma ressurreição* (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p.9).

No manual Duque-Estrada/Correa, a influência do darwinismo, como citado, também se faz presente, mas não fica restrita ao caráter biológico, servindo como base para a justificativa da importância do coletivo na análise social histórica:

Para Comte e Carlyle são as grandes individualidades os principais elementos dynamicos de toda evolução social, scientifica, philosophica, artística ou literária. Para Buckle (theorico de doutrinas análogas ás de Darwin e Herbert Spencer) o papel histórico dos grandes homens tem sido muito exaggerado, e os principais actores da Humanidade são as massas, cujo instincto tudo gera e tudo cria, inclusive ideas, acções, sentimentos e até mesmo a própria evolução (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p.10).

Dessa forma, a História não é vista somente como um ramo da Sociologia que descreve os fatos do passado, mas também como um estudo prático dos progressos realizados pela humanidade e fonte de experiência que deveria servir de exemplo para o futuro. E dentro dessa perspectiva, a História Romana ocupava um papel bem definido, já que, segundo os manuais, cada civilização *apresentava instituições sociais características básicas*, uma espécie de “marca” fundamental que guiara o desenvolvimento de cada uma delas.

As instituições características dos Hebreus foram as *religiosas*; as dos Gregos *as artes, a philosophia e as sciencias*; as dos Romanos *a política e o direito*. É, pois, através do desenvolvimento de tais instituições que devemos estudar o gênio e o caráter de cada uma das civilizações elaboradas por aqueles povos (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p.7).

[...] De todo o mundo antigo, é a civilização romana que mais nos interessa, porque foi ella que mais influencia exerceu sobre nós; todos nossos juriconsultos meditam e aprofundam sua admirável sciencia do direito; copiamos sua vigorosa e poderosa administração central e municipal; estudamos seus grandiosos monumentos, sua literatura tão bella e cheia de bom

senso, sua língua, enfim, mãe da nossa lingua portugueza (F.T.D., 1923, p.119).

Fica evidente, portanto, que o papel da História Romana Antiga, tendo em vista o desenvolvimento de suas instituições particulares, seria a de servir de *modelo político e jurídico* para as nações modernas e contemporâneas. Entretanto, como veremos mais adiante, as instituições republicanas romanas foram representadas como o ápice político dessa “evolução”. Já a História Imperial ficou subordinada à essa ênfase adotada pelos autores dos manuais, transformando-se num verdadeiro contraponto da época republicana romana.

Pelos costumes dos Romanos, vemos como um povo prospera e como dechae. Nos bellos tempos da República, o povo romano era composto de lavradores e soldados, inimigos da molleza e do luxo, affeitos á frugalidade, aos sacrificios, observadores do respeito, da obediência, da dsciplina, da constancia, da coragem, da abnegação.

Mas tarde, as riquezas e os prazeres corromperam os costumes e produziram depois dos Antoninos e no Baixo Império (Império do Oriente) o mais abjecto aviltamento (F.T.D., 1923, p.119).

REPÚBLICA *VERSUS* IMPÉRIO

Para que uma nova tradição se estabeleça e se consolide num determinado imaginário político, geralmente os grupos sociais envolvidos nesse projeto recorrem à elaboração um novo conjunto de interpretações sobre o passado, a fim de validar as características dessa nova tradição sem deixar de evidenciar que, independente das “rupturas” ou mudanças vivenciadas, o surgimento desses novos valores representa uma continuidade ou uma “evolução” histórica natural da sociedade em questão. Essa preocupação com a continuidade histórica se faz presente já no início dos manuais, como podemos ver na passagem a seguir:

Marcha da civilização: Foi perto dos primeiros rios que se desenvolveram as primeiras civilizações: os Egypcios nas margens do Nilo, os Assyrios e os Babylónios nas ribas do Tigre e do Euphrates, os Hindus ao longo do Ganges; do Oriente, a civilização passou para a Grécia, da Grécia foi até Roma, de Roma espalhou-seem toda a Europa, para chegar finalmente ao

Novo Mundo e á Oceania. Vê-se que partiu do Oriente para o Occidente e seguiu a marcha aparente do sol (F.T.D., 1923, p.9-10).

Eis, portanto, a descrição do desenvolvimento de um amplo processo “civilizatório” que empreende, ao mesmo tempo, uma base segura para a elaboração de novas interpretações do passado antigo e um caráter de continuidade a todo processo histórico humano, definindo como ponto de “largada” o Oriente e de “chegada” o Ocidente (América e Oceania), por meio da conquista e colonização européia dessas regiões.

Os manuais e livros didáticos, por conta de sua própria natureza pedagógica, apresentam-se nesse contexto como uma poderosa ferramenta de disseminação dessas “novas tradições” no seio da população. Entretanto, devemos salientar que essa instrumentalização do passado necessária para a formação e alicerçamento de novos padrões de convivência política recorre, via de regra, à utilização de certas ênfases e descrições dos períodos históricos abordados, de certos “julgamentos” e “valorizações” de figuras e personalidades históricas específicas, recursos que acabam forjando, consciente ou inconscientemente, esse “novo passado” fonte dos valores da “nova tradição”. Percebemos nos manuais que a representação do Império Romano foi elaborada para que o leitor ou estudante entendesse esse período como uma época de decadência, em vários sentidos: política, moral, econômica e militar. Entretanto, não chegamos à essa conclusão esmiuçando somente as características dos conteúdos da História Imperial Romana. Foi necessário comparar esse período com outros períodos da História Romana Antiga presentes nos manuais. Dessa análise, constatamos que os manuais criaram o que podemos chamar de “sistema de contraposição”, ou seja, uma estrutura narrativa que, além de delegar caracterizações valorativas quase bipolares entre a fase republicana e a fase imperial, também definiu o surgimento do sistema imperial como resultado da degenerescência dos valores mais tradicionais do povo romano e da desagregação e ruína das instituições que alicerçavam o sistema republicano de governo.

Após a exposição das características históricas do povo grego antigo, inicia-se a História Romana Antiga, por meio do detalhamento geográfico da Península Itálica e dos povos que empreenderam seu povoamento. Os autores recorreram ao uso da tradição para explicar o surgimento de Roma, citando autores antigos, como Virgílio e Tito Lívio. Todos esses assuntos encontram-se divididos em várias lições, mas sempre obedecendo os limites cronológicos do desenvolvimento dos sistemas de governo romanos: monarquia, república e império.

Na parte que se dedica sobre a Monarquia, temos outra semelhança presente nos manuais: são dedicadas várias linhas para a descrição de algumas características de todos os sete reinados do período monárquico, apresentando a mesma explicação para a instauração da República: a violação da patricia Lucrecia, protagonizada por um dos herdeiros da monarquia etrusca.

Um crime infame, cometido por seu filho Sexto, teve conseqüências terríveis; Sexto atentou contra a honra da virtuosa Lucrecia, que se apunhalou afim de não sobreviver á sua deshonra. Tarquínio Collatino, seu marido, e Junio Bruto, sobrinho do rei, sublevaram o povo que expulsou os Tarquínios, aboliu para sempre a realeza e proclamou a republica. Era o mesmo anno em que Athenas expulsava o tyranno Híppias (F.T.D., 1923, p.74).

Tarquínio Soberbo. Foi um tyranno cruel e execrado. Seu filho, Sexto ultrajou a esposa de Tarquínio Collatino, a virtuosa Lucrecia, que, envergonhada, se suicidou.

Collatino e Lucio Bruto chamaram o povo às armas, expulsaram de Roma a família real e proclamaram a República (510 a.C.) (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 90).

Vale aqui uma importante observação: o período monárquico romano apresenta também, nos manuais, valores morais extremamente positivos, valores estes diretamente vinculados aos costumes da época.

Os costumes dessas antigas famílias romanas eram simples, austeros, laboriosos, de notável coragem, ardente patriotismo e nobre firmeza de caráter; o pae lavrava seu campo no meio de seus criados, a matrona (mãe) educava os filhos e fiava; a ociosidade e o luxo eram desconhecidos; durante 520 annos, não houve um só divórcio (F.T.D., 1923, p.75).

É perceptível que os autores descrevem a expulsão da realeza etrusca e a proclamação da República Romana como um *movimento popular* encabeçado por dois representantes da aristocracia patricia romana. Eis uma das grandes contraposições estabelecidas nos manuais sobre a República e o Império Romano: a implantação do sistema republicano de governo, mesmo sendo inicialmente descrita como uma iniciativa do

grupo aristocrático, foi fruto de um movimento das massas, uma revolta social popular enaltecida pela defesa da honra vilipendiada de Lucrecia pelos “estrangeiros”, enquanto a instauração do principado foi fruto dos esforços e combates individualizados de certos militares romanos, bem como de mudanças estruturais na economia e na sociedade romana. É importante ressaltar também que o Senado romano, bem como a ação dos cônsules e magistrados, é pouco citado ao longo de toda a descrição da história romana, talvez como um artifício de confirmação desse “aspecto popular” da República Romana.

Essa ênfase positiva no *aspecto popular* do governo republicano romano será uma freqüente recorrência nos manuais (especialmente quando é tratada a luta dos plebeus pela aquisição de direitos políticos), o que consideramos aqui como o primeiro indício da instrumentalização do passado romano a favor do sistema republicano, em detrimento dos valores políticos e morais do sistema do sistema imperial romano de governo, como vemos nos trechos a seguir:

[...] Estabelecimento da republica: Afim de substituir os reis, *o povo romano*, reunido em seus comícios, creou 2 cônsules. Eleitos por um anno, esses dois cônsules tinham mais ou menos os poderes e as honras da realeza (itálico nosso -F.T.D., 1923, p.78).

[...] A república era, pois, aristocrática e patricia . [...] Deu-se então uma revolta dos plebeus, que se retiraram para o monte sagrado (o Aventino), de onde só voltaram depois de conseguirem a nomeação de dous magistrados annuaes (tribunos da plebe), escolhidos entre os plebeus e encarregados de *defender os interesses populares* (itálico nosso - DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 90).

Dessa forma, fica latente a classificação do sistema republicano romano como um sistema de governo cujo *poder estava centrado no povo*, sendo que seu aprimoramento seguiu necessariamente a progressiva conquista de direitos políticos por parte dos plebeus. Essa tendência popular do governo republicano romano foi levada ao extremo nos manuais, como podemos perceber nos trechos seguintes extraídos dos mesmos:

Gravado em 12 taboas de bronze, este código foi chamado a *lei das doze taboas*. Proclama a igualdade civil, isto é, que a mesma lei se aplica a todos os cidadãos sem distincção; [...] Reconhece ainda o princípio de *soberania*

do povo. « O que o povo ordenar em ultimo lugar será lei » (F.T.D., 1923, p.79).

Tentando oppôr-se ainda ás pretensões da plebe, trataram os patrícios de criar novas magistraturas, como a *censura*, a *pretura*, a *edilidade* e a *questura*; mas, graças aos esforços dos tribunos, foram os plebeus adquirindo o direito de aspirar a todas ellas, e até mesmo ao consulado, conseguindo, por fim, as próprias funcções de pontífices.

Esta ultima conquista estabeleceu definitivamente a egualdade política e religiosa das duas classes e instituiu em Roma a verdadeira *republica democrática* (302 a.C.).

A luta entre patrícios e plebeus havia durado dous séculos (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 91).

Por outro lado, a descrição do advento do sistema imperial romano de governo nos manuais estudados não compartilha dessa mesma conotação, apresentando, inclusive, uma narrativa inversa à adotada na descrição da implantação da República romana: se, por um lado, a instauração da República foi resultado de um movimento popular, as “sementes” do Império romano foram criadas pela guerra civil que, por sua vez, tem sua origem ligada aos conflitos internos relacionados à questão da cidadania romana e às rivalidades e disputas vivenciadas pelos principais generais de Roma durante o século I a.C.:

Estamos em 62 a.C.. O *cesarismo* enche todo o ultimo período da Republica – período em que a exploração do Estado em proveito próprio, não conseguido por Catilina, é realizado por três ilustres e ambiciosos aristocratas: Pompeu, César e Crasso, reunidos no I.º triumvirato (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 100).

[...] Primeiro triumvirato (60-44): Quase que a República romana não existia mais sinão no nome; pertencia ao general mais ousado. Syla fôra senhor absoluto em Roma; Pompeu parecia gozar de um poder soberano; César e Crasso formaram com elle uma aliança secreta com o fim de dominarem a republica (60-44) (F.T.D., 1923, p.96).

Essa descrição negativa dos momentos iniciais do Império ganha ainda mais força quando se trata dos atributos pessoais de Júlio César, entendido como o personagem central desse processo:

Júlio César, da nobre família Júlia, cedo granjeou a *sympathia* do povo romano por sua eloquência, suas liberalidades e suas maneiras encantadoras; era, porém, ímpio, devasso e devorado pela ambição; aspirava a ser o único senhor de Roma e, para isso, precisava da glória das armas; então resolveu conquistar as Gálias [...] (F.T.D., 1923, p.96).

O Imperio havia realmente começado quinze anos antes. César era já, de facto, um soberano: tendo recebido do Senado o titulo de imperator (commandante em chefe das forças de terra e mar), passou a vestir, em vez da toga dos consules, a de purpura dos antigos reis; presidia o Senado num throno de ouro, e coroado; o calendário celebrava as datas de sua vida; [...] mandou levantar a sua ao lado das sete estátuas dos antigos reis de Roma, erguidas no Capitólio; sua effigie appareceu, por fim, nas moedas (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 101-102).

Dessa maneira, podemos constatar que César, além de possuir nessas descrições características de personalidade opostas aos principais valores cultivados pela “civilização” desde os primórdios da fundação da Roma (austeridade, patriotismo e firmeza de caráter), também é representado como aquele que reintroduziu na política romana os caracteres e padrões próprios do antigo período monárquico, padrões estes veementemente demarcados nos manuais como contrários às conquistas “populares” e “democráticas” vivenciados durante o período republicano. Percebemos aqui também a associação dessa “usurpação” do poder descrita no final da República com as figuras dos antigos monarcas etruscos, formando-se, assim, uma equiparação conotativa dos dois períodos salientados.

Mas, segundo os manuais, como esse quadro de instabilidade política surgiu dentro das instituições republicanas? Qual foi a razão (ou razões) que promoveram a depreciação dos valores políticos e morais republicanos e o surgimento do sistema imperial em Roma?

Esta resposta pode ser encontrada na forma como as conquistas territoriais romanas foram tratadas. Em última instância, essas conquistas, iniciadas no princípio da época republicana, são interpretadas como uma das principais causas da derrocada do sistema republicano romano e, num contexto mais amplo, da própria “civilização” romana.

A luta de Roma e Carthago é um facto de grande importância e graves consequências, porque paralizou a assimilação dos povos italianos, desorientando a política romana, cuja força e originalidade residia na ideia nacional.

Offuscada essa, a Republica teve que imitar o typo carthaginez. A oligarchia que d'ahi nasceu, dominando imperialmente as províncias, desorganizou a ordem social, acarretou a ruína do regimen republicano, a sua dissolução num império, e o abortamento do plano tão admiravelmente iniciado (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 93).

[...] Decadência moral e política – Dora em diante, Roma era o árbitro do mundo. Mas tantas conquistas produziram tristes resultados; houve primeiro uma decadência moral. Roma era em demasia rica e poderosa. « Para vingarse, o mundo nos deu seus vícios, » disse o poeta Juvenal. O Oriente trouxe a Roma seu luxo, sua molleza, suas supertições infames; a Grécia, sábia e corrupta, ensinou aos Romanos a impiedade e a depravação. Então, desapareceram para sempre os costumes antigos, rudes e austeros, as velhas crenças, o respeito da divindade e da religião (F.T.D., 1923, p.79).

Como visto, o contato com os povos de fora da Península Itálica, mesmo por meio da força do avanço militar e da conquista territorial, trouxeram, segundo os manuais aqui estudados, as “sementes” para a desagregação do sistema republicano de governo. Para Leôncio Correia e Duque-Estrada, a política imperialista romana fora das fronteiras itálicas era contrária aos ditâmes republicanos, pois colidia, segundo os autores, com uma ideia curiosa, mas visivelmente clara, de que o Estado romano encontrava na Península suas “fronteiras naturais”. Percebe-se aí o que compreendemos como uma notória comparação entre as fronteiras do Estado italiano contemporâneo a esses autores do manual e aquelas que foram conquistadas pelos romanos antigos, constituindo-se aí uma crítica evidente à política imperialista e à falta de respeito à soberania nacional perpetrada por alguns países no início do século XX, ações essas que, grosso modo, levaram o mundo à I Guerra Mundial (1914-1918).

Ao período das guerras punicas segue-se o da submissão de todo oriente hellenico. É a conquista do mundo, o regimen das colônias, da expansão do Estado além dos limites naturaes ou das fronteiras geographicas.

A tradição da Republica era inimiga do imperialismo, mas, infelizmente, o plano de Scipião triumphou (DUQUE-ESTRADA; CORREIA, 1920, p. 98).

Para os autores maristas, essas conquistas abriram as portas da sociedade romana para os “vícios” e para os malefícios presentes nos povos conquistados. Entretanto, a “decadência moral” romana observada nesse manual após essa fase de conquistas da República trouxe conseqüências devastadoras para o campo político, conseqüências estas que desembocaram na instituição do sistema imperial de governo.

Uma conseqüência immediata dessa decadência moral foi a decadência política. Em Roma, havia somente duas classes de homens; uns ricos em excesso, possuíam enormes latifúndios donde auferiam lucros fabulosos; outros, demasiado pobres, nada possuíam e viviam em completa ociosidade. A classe média cahíra quase toda nos campos de batalha.

Foi em vão que alguns romanos enérgicos lutaram contra essa decadência; entre elles destacam-se *Catão o Censor*, *Scipião Emiliano*, os *Gracchos* (F.T.D., 1923, p.93).

Mesmo admitindo que o governo de Augusto foi o melhor exemplo de administração que um *princeps* poderia oferecer aos territórios romanos, os autores dos manuais não deixaram de enfatizar que, mesmo com as mudanças e melhorias materiais vividas em todo o Império, ainda se faziam ali presentes os malefícios da “decadência moral e política”:

Mas esse brilhante verniz de luxo material ocultava o mais horrível estado moral: o absolutismo do imperador não raro se convertia em monstruosa tyrannia, a obediência do Senado e do povo transformava-se em abjecto servilismo; poucas pessoas eram livres e dominavam o resto da sociedade, como si esta fosse vil bando de animaes; a corrupção mais vergonhosa era geral; os caracteres tinham perdido qualquer energia ou pudor; em lugar da crença e da boa-fé, dos sentimentos de honra e humanidade, via-se o scepticismo, o orgulho, a molleza, a ambição, a venalidade.

[...] Além da ociosidade, os sangrentos espectaculos do amphitheatro, os bárbaros combates de gladiadores concorriam também para gangrenar ainda mais esta plebe corrupta e immoral.

A família ia se dissolvendo e o suicídio parecia o único consolo dos infelizes. A literatura, o teatro, a própria religião eram focos de hedionda immoralidade.

Nada de humano podia reavivar esta sociedade a apodrecer [...] (F.T.D., 1923, p.109-110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o delineamento dessas passagens, podemos por fim traçar algumas considerações sobre como esses manuais didáticos descreveram o Império Romano e de que forma essas representações estiveram alinhadas com a tentativa de consolidação de uma identidade nacional republicana no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Em primeiro lugar, toda a estrutura dos conteúdos da História Romana Antiga presente nos manuais foi concebida e guiada pela idéia de que a civilização romana formava o melhor exemplo de modelo político e jurídico que a Antiguidade Clássica poderia oferecer, modelo este justificado pelo caráter de desenvolvimento das instituições políticas romanas e pela influência desse “legado” no mundo contemporâneo. Para os autores dos manuais, buscar as leis que regularam esse desenvolvimento político era a principal meta do conhecimento histórico, fonte de exemplos e soluções para as questões vivenciadas pela humanidade no mundo moderno.

Em segundo lugar, percebemos que as fases da História Romana Antiga descritas nos manuais apresentam em seu cerne um “sistema de contraposição” valorativo, ou seja, a adoção da idéia de que um determinado período da História Romana apresenta mais atributos positivos do que as outras. Nesse sentido, a época ou período republicano apresenta o ápice do desenvolvimento político e social romano, em detrimento dos períodos monárquico e imperial.

O fator valorativo criado para se estabelecer essa “supremacia republicana” foi o menosprezo do papel e influência do Senado romano e a definição da formação e consolidação de uma “república democrática” durante a República Romana, processo caracterizado pelas conquistas de direitos civis por parte da plebe em detrimento do monopólio político dos patrícios. Por sua vez, essa conquista progressiva de direitos civis, segundo os autores dos manuais, acabou quando os plebeus finalmente passaram a exercer o direito de eleger seus representantes políticos.

Dessa forma, podemos afirmar que o que define o aparente caráter “democrático” da República Romana apresentado nos manuais é o livre exercício do voto para as

magistraturas, definido essencialmente por um sistema de governo alicerçado na representatividade política.

Entendemos que essa “república democrática romana” elaborada e citada nos manuais foi mais que um artifício literário ou um simples erro de interpretação das fontes e estudos disponíveis na época de confecção dos manuais. Levando em consideração a formação acadêmica dos autores, suas atividades profissionais e acadêmicas, os autores e obras que serviram de base para a elaboração dos textos (dois autores citados nos manuais, Capistrano de Abreu e Basílio de Magalhães, fizeram parte da chamada Escola do Recife, movimento de caráter sociológico e cultural que surgiu em Pernambuco a partir de 1860 e que defendiam a valorização da mestiçagem no Brasil, do homem brasileiro e da investigação do caráter nacional) bem como sua atuação e alinhamento políticos, defendemos a idéia de que ocorreu aí uma instrumentalização do passado republicano romano, tendo como principal objetivo o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras, dando base para a construção de uma nova identidade nacional alinhada com os ditâmes republicanos contemporâneos aos manuais.

Assim, consideramos que esse conceito “democrático” embutido na História da Republicana Romana pode ser entendido não só como uma resposta às condições políticas vivenciadas pela sociedade brasileira no início da República Velha, mas também como uma projeção dos anseios dos autores dos manuais sobre quais deveriam ser as características essenciais desse sistema de governo inaugurado em 1889: o princípio da soberania popular do poder, o respeito às leis e a expansão da prática eleitoral para a efetivação da representatividade política.

Como conseqüência dessa hipertrofia valorativa da República Romana nos manuais, temos o período imperial Romano demarcado como uma época de decadência e desagregação política, que acabou por condenar toda a civilização. Essa degenerescência dos valores morais e políticos, por sua vez, encontra suas origens em vários fatores: as exageradas conquistas territoriais, a ambição de certos políticos e militares romanos e o aumento significativo das diferenças econômicas entre os principais grupos sociais no final da República.

Ao servir de contraponto para as “virtudes” republicanas, o período do Império Romano foi apresentado como uma época de absolutismo político, um período cronológico marcado pela supressão dos direitos civis e pelos desmandos de imperadores, cuja maioria foi descrita como “hedionda” e “cruel” e dirigida pelos seus instintos básicos egoístas e particulares. Com exceção do surgimento e desenvolvimento do cristianismo e da citação

daqueles que foram partidários ou adeptos à essa religião, a História imperial não apresenta, grosso modo, nenhum modelo ou exemplo para ser seguido pelos contemporâneos. Eis a representação do Império Romano construída nesses manuais: o nêmesis das virtudes e dos valores republicanos, a concretização da decadência moral e política de Roma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Primárias

COOREIA, Leôncio e ESTRADA, Joaquim Osório Duque. *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal*, Rio de Janeiro, 1920.

F.T.D.. *Elementos da História Universal*. F.T.D., Rio de Janeiro, 1923.

2. Bibliografia

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 2002.

BARLOW, J. Jackson. The Education of Statesmen in Cicero's "De Republica". *Polity*, Palgrave Macmillan Journals, Vol. 19, No. 3, (Spring, 1987), pp. 353-374.

BARROSO, Liberado. *A Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1867.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. Tradução de Fábio Adriano Hering. In BERNAL, M. & OLIVIER, L. *Repensando o Mundo Antigo - II*. Organização de Pedro Paulo A. Funari. Textos Didáticos: n. 49. IFCH/UNICAMP.

BITTENCOURT, Circe. *Livro Didático e o saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo, Editora Unesp, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição para um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955.

CHARTIER, Roger. *El mundo como representacion*. Gedisa, Barcelona, 1996.

COSTA, Ana Maria Catelli I. da. *A escola na República Velha*. São Paulo, Edec, 1983.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FINLEY, M. *Política no Mundo Antigo*. Lisboa, Edições 70, 1983.

FUNARI, P. P. A. . A importância de uma abordagem crítica da História Antiga nos livros escolares. Revista *História Hoje* (São Paulo), Londrina, v. 1, n. 4, p. 1-9, 2004.

JUNIOR, Décio Gatti. “Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de história do Brasil. Dos anos sessenta aos dias atuais”. Ícone, VI/1 (2000), p.97-116.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

ROSTOVTZEFF, Mikail. *História de Roma*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962.

VALDEVARIM, Vera Teresa. *Estudando as lições das coisas*. Campinas, Ed. Associados, 2004.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Monarquia à República. momentos decisivos*, 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.